

XXIII Conferência Internacional de Lisboa

Sessão temática

Prioridades para a Acção Externa de Portugal

Defesa e Segurança

Sahara Ocidental: O conflito esquecido

Rui Novais . CETACOM/ Universidade do Porto

No Norte de África, entre a Mauritânia e Marrocos, situa-se um dos remanescentes Territórios Não-Autónomos cujo processo de descolonização permanece inacabado: o Sahara Ocidental. Trinta anos de ocupação ilegal marroquina, uma deliberação do Tribunal Internacional de Justiça, e diversas resoluções e planos de paz das Nações Unidas não foram suficientes para pôr termo ao exílio e negação da identidade do povo sarauí, nem para resolver o conflito na última colónia africana.

A intenção da parte de Espanha de proceder a um referendo de autodeterminação na sua colónia do Norte de África remonta a 1974, mas tem sido desde então bloqueada por uma série de táticas dilatórias e obstrucionistas de Rabat com vista à integração efectiva do Sahara Ocidental no ideal territorial do “Grande Marrocos” pré-colonial[1]. Para além dos alegados direitos ancestrais, o interesse marroquino no Sahara Ocidental reside no facto deste constituir um dos maiores depósitos mundiais de fosfato, possuir consideráveis recursos piscatórios da costa marítima e (potencialmente) em termos de reservas de gás e petróleo. À espera do reconhecimento da integração do território por força da passagem do tempo, Marrocos tem beneficiado (em desafio do direito internacional) da falta de vontade política das principais potências ocidentais.

O posicionamento português, pela aquiescência e letargia relativamente ao processo do Sahara Ocidental, está mais próximo do reconhecimento de facto da integração da ex-colónia espanhola no Reino de Marrocos. Apesar de pragmática, tal postura caracteriza-se por um vazio ético que assume contornos mais pronunciados quando comparado com a atitude pró-activa patenteada pela diplomacia portuguesa na questão de Timor-Leste. Aliás, a proximidade temporal e as semelhanças ou paralelos entre os dois casos justificam que, no âmbito desta comunicação, a análise do posicionamento português relativamente ao Sahara Ocidental seja feita por contraposição à questão de Timor-Leste. Tal exercício comparativo é revelador da dualidade de critérios e da inconsistência que caracterizam os vinte e cinco anos de política externa portuguesa face à questão sarauí. Dois ou três exemplos são suficientemente elucidativos.

Respeito pelos direitos humanos, autodeterminação e independência: em vista do posicionamento português face à questão de Timor-Leste, seria expectável a defesa dos mesmos princípios no Sahara Ocidental. Contudo, tal não se verificou. Por exemplo, em Outubro de 2004, registou-se a abstenção de Portugal (junto com os demais países da União Europeia) na resolução de apoio ao Plano Baker do Comité de descolonização das NU.

Observância do direito e das normas internacionais: Portugal criticou reiteradamente a política utilitarista indonésia que derivava proventos económicos da exploração ilegal dos recursos de Timor-Leste. Lisboa até interpôs em 1995, no TIJ em Haia, uma acção alegando a ilegalidade do acordo de exploração dos recursos petrolíferos de Timor Leste celebrado entre a Indonésia e a Austrália, em Dezembro de 1989. No entanto, nos recentes/múltiplos acordos de Pesca da UE

com Marrocos que contemplam ou incluem a faina/exploração em águas do Sahara Ocidental não é notória a mesma posição de princípio.

Internacionalização e legitimação nos fóruns mundiais (a UE em particular): no âmbito das estratégias de *uphill* e posteriormente de *appeal-struggle* junto da comunidade internacional, a diplomacia portuguesa estabeleceu como prioridade colocar a questão timorense na agenda mundial. Nesse sentido, Lisboa boicou consecutivamente os acordos de 3ª geração da CE com os países da ASEAN, certificando-se dessa forma que referências específicas sobre Timor Leste constassem na agenda desses encontros. No âmbito da mesma organização, Portugal não se tem coibido de declinar qualquer envolvimento na questão do Sahara Ocidental, limitando-se a apoiar em massa as resoluções e iniciativas das NU na matéria. A diplomacia portuguesa prefere não se pronunciar especificamente sobre a questão sarauí porque Rabat fica mais perto de Lisboa do que Jacarta, e Marrocos, ao contrário da Indonésia, é um vizinho estratégico importante no quadro da política externa e de segurança.

Devido à intransigência marroquina, que insiste na autonomia – e enquanto a Frente Polisário (em nome dos sarauís) não abdicar do pleno direito à autodeterminação – a questão do Sahara Ocidental permanecerá no limbo e sem solução à vista. O posicionamento português sobre a questão sarauí nas últimas duas décadas tem oscilado entre o silêncio comprometido e o apoio nominal às resoluções das NU e da UE. Se comparada com a atitude patenteada relativamente à questão timorense, a posição de Lisboa é mais equívoca. O Sahara Ocidental parece ser um conflito esquecido e porventura (após a independência de Timor Lorosae) o mais inconveniente e incómodo da política externa portuguesa contemporânea.

[1] O ideal do ‘Grande Marrocos’ contemplava além do Sahara Ocidental e da Mauritânia, o sudoeste da Argélia, o Noroeste do Mali, o distrito nortenho do Senegal bem como os enclaves espanhóis de Ifni, Ceuta e Melilha.